



CARGO:
GABARITO - AUDITOR

INSTRUÇÕES

- 01) Confira se os dados que identificam este caderno de prova estão corretos.
- 02) O caderno de prova deverá conter:
 - **40 (quarenta)** questões objetivas, sendo: 10 de Português; 10 de Legislação e 20 de Conhecimentos Específicos.
- 03) A duração da prova será de 4h (quatro horas), incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- 04) A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo, portanto, permitidas perguntas aos fiscais.
- 05) A prova é INDIVIDUAL, sendo vedada a comunicação entre os candidatos durante sua realização.
- 06) Será eliminado o candidato que utilizar material de consulta ou qualquer sistema de comunicação.
- 07) Em cada questão, somente uma alternativa deve ser assinalada.
- 08) O caderno de prova não poderá ser levado pelo candidato.
- 09) O caderno de prova e a folha de respostas deverão ser entregues para o fiscal.
- 10) O candidato só poderá entregar a folha de respostas e retirar-se da sala, depois de decorridos, no mínimo, 1 hora e 30 minutos de seu início.
- 11) Ao receber sua folha de respostas, aja da seguinte forma:
 - a) verifique se os dados pré-impresos estão corretos;
 - b) assine no local indicado;
 - c) pinte, preenchendo por inteiro, com caneta esferográfica ponta média, tinta preta, o campo correspondente que responde a cada questão;
 - d) não a amasse, nem dobre.

ATENÇÃO:

- Utilize caneta, ponta média, de tinta preta, para preencher os campos solicitados.
- Marcar mais de uma alternativa anulará a resposta.
- Preencha assim:

- 12) Os três últimos candidatos de cada sala deverão entregar suas folhas de resposta e retirar-se do local simultaneamente.

PORTUGUÊS

O TEXTO A SEGUIR É REFERÊNCIA PARA AS QUESTÕES DE 01 A 03.

O Chile e a reconstrução das cidades

RIO – Da análise da tragédia que ocorreu recentemente no Chile, país com históricas ligações com o Brasil e membro do Mercosul, ficam duas grandes indagações: a primeira é como o terremoto afetará a economia e sociedade chilena no futuro próximo; e a segunda, como as instituições internacionais podem se preparar de forma mais eficiente para a mobilização de recursos necessários em catástrofes naturais dessa proporção e para a reconstrução econômica desses países, já que essas catástrofes são também um forte fator de retrocesso no nível de desenvolvimento e qualidade de vida das populações.

O Chile está com uma nova Presidência, desde ontem. Há um forte componente de solidariedade interna e convergência em torno de ações prioritárias para o país. As instituições chilenas da fase pós-Pinochet são sólidas e a estrutura do governo geralmente bem organizada, principalmente se comparada à de outros países da América Latina. Mas não há dúvida de que as perdas em infraestrutura, redirecionamento de investimentos e de capital humano afetarão os rumos do país na próxima década, principalmente o seu desempenho econômico.

Quando do grande terremoto chileno de maio de 1960, que atingiu 9,5 pontos na escala Richter, cidades como Concepción foram igualmente impactadas, com um total de 6 mil mortos e 2 milhões de feridos em todo o Chile. Na ocasião, os investimentos necessários para a reconstrução da infraestrutura do país foram calculados, se atualizados em valores de hoje, entre US\$ 3 bilhões e US\$ 6 bilhões. A própria Copa do Mundo de 1962 foi, inclusive, realizada sob o espírito de “reconstrução”. A economia chilena passou a recuperar-se apenas em meados da década de 70. Durante a década de 60 o cotidiano e a economia foram seriamente afetados pelas consequências do terremoto.

Mesmo que na gestão de crise e de informações à população tenham ocorrido falhas graves, o total de mortos e feridos em 2010 foi bastante inferior ao da tragédia de quase 50 anos atrás, em parte devido à preparação preexistente e maior resistência das construções. As cidades chilenas deverão buscar uma reconstrução baseada no que há de tecnologicamente mais moderno na prevenção das consequências de novos abalos sísmicos, o que envolverá forte cooperação internacional e investimentos estruturais. A maior complexidade econômica e tecnológica da sociedade chilena demandará inves-

timentos possivelmente superiores aos de 1960. Onde e como os países do Mercosul, por exemplo, pretendem e podem efetivamente colaborar nesse esforço?

Terremotos, como no Chile e no Haiti, tsunamis, grandes enchentes são tragédias com consequências locais e globais e desafiam as instituições mundiais sobre como preveni-las e remediá-las. Em um mundo que luta contra a pobreza e que trava o desafio diário da sustentabilidade e segurança climática, os mecanismos de financiamento e seguro “coletivo” também devem ser repensados e ampliados, para que as ações de resgate e assistência ganhem agilidade e transparência e haja um instrumento eficiente e transparente de financiamento da reconstrução e das condições de estrutura e prevenção dos países afetados.

(GRISA, Gustavo. Jornal do Brasil Online. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2010/03/12/e120314609.asp>)

QUESTÃO 01

Sobre a catástrofe ocorrida recentemente no Chile e suas consequências políticas e econômicas, assinale a alternativa correta.

- A) O terremoto ocorrido recentemente trará consequências sérias para a economia chilena, mais graves que as ocorridas no terremoto de 50 anos atrás. No entanto, o fato de a tecnologia estar mais desenvolvida fará que os investimentos sejam menores.
- B) Ainda que haja uma forte tendência de solidariedade com o Chile por parte dos países do Mercosul, cabe priorizar os investimentos comuns no desenvolvimento da sustentabilidade: isso afeta economicamente a todos os países, o que não se aplica ao caso de catástrofes naturais.

C) No que concerne à ajuda internacional, é necessária eficiência no trâmite de recursos, assim como nas mobilizações dentro da sociedade chilena, pois há não só um decréscimo na qualidade de vida das pessoas afetadas, como novas imposições ao mercado econômico externo.

- D) O governo chileno, por ser mais coeso e organizado que o dos países vizinhos, irá se confrontar com problemas econômicos mínimos, assim como ocorreu no período de recuperação após o terremoto de 1960.
- E) Ações coletivas eficientes na comunidade internacional são raras e se restringem hoje à ajuda prestada a países afetados por tragédias, como se verificou recentemente nos casos do Chile e do Haiti.

QUESTÃO 02

Com base no texto, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Depois do terremoto de 1960, em que morreram 6 mil pessoas em todo o Chile, foram necessários para a reconstrução da infraestrutura investimentos entre US\$ 3 bilhões e US\$ 6 bilhões, em valores atualizados.
- 2) Neste momento posterior à catástrofe, em que um novo presidente inicia seu mandato, a reestruturação das cidades deve se basear no que há de tecnologicamente mais moderno para a prevenção contra efeitos negativos de novos abalos sísmicos.
- 3) Apesar da existência de uma boa estrutura administrativa e de uma tendência à coesão social dentro do atual mandato, isso não garante que o país se recupere dentro desse período.
- 4) O número de mortos e feridos em decorrência do terremoto de 1960 na cidade de Concepción foi praticamente igual ao de 2010.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

D) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

- E) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

QUESTÃO 03

“Mesmo que na gestão de crise e de informações à população tenham ocorrido falhas graves, o total de mortos e feridos em 2010 foi bastante inferior ao da tragédia de quase 50 anos atrás”.

Assinale a alternativa que **NÃO** mantém o sentido dessa frase.

- A) Houve falhas graves na gestão de crise e informações à população, no entanto o total de mortos e feridos em 2010 foi bastante inferior ao da tragédia de quase 50 anos atrás.
- B) O número de mortos e feridos na tragédia

ocorrida há 50 anos foi superior ao de 2010, ainda que nesta última tenha havido falhas graves na gestão de crise e de informações à população.

C) Embora o total de mortos e feridos tenha inferior na tragédia de 2010 em relação ao que aconteceu há quase 50 anos atrás, isso não evitou que houvesse falhas graves na gestão de crise e de informações à população.

- D) Há 50 anos o número de mortos e feridos daquela tragédia foi superior ao da que aconteceu em 2010, mesmo tendo havido nesta última falhas graves na gestão de crise e de informações à população.
- E) Ocorreram falhas graves na gestão de crise e de informações à população na tragédia de 2010, mesmo assim o total de mortos e feridos foi bastante inferior ao de quase 50 anos atrás.

O TEXTO A SEGUIR É REFERÊNCIA PARA AS QUESTÕES DE 04 E 05.**Entenda o que é a camada pré-sal**

A chamada camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, abaixo do leito do mar, e engloba três bacias sedimentares (Espírito Santo, Campos e Santos). O petróleo encontrado nesta área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal que, segundo geólogos, conservam a qualidade do petróleo. Vários campos e poços de petróleo já foram descobertos no pré-sal, entre eles o de Tupi, o principal. Há também os nomeados Guará, Bem-Te-Vi, Carioca, Júpiter e Lara, entre outros.

Um comunicado, em novembro do ano passado, de que Tupi tem reservas gigantes, fez com que os olhos do mundo se voltassem para o Brasil e ampliassem o debate acerca da camada pré-sal. À época do anúncio, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) chegou a dizer que o Brasil tem condições de se tornar exportador de petróleo com esse óleo. Tupi tem uma reserva estimada pela Petrobras entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris de petróleo, sendo considerado uma das maiores descobertas do mundo dos últimos sete anos.

Neste ano, as ações da estatal tiveram forte oscilação depois que a empresa britânica BG Group (parceira do Brasil em Tupi, com 25%) divulgou nota estimando uma capacidade entre 12 bilhões e 30 bilhões de barris de petróleo equivalente em Tupi. A portuguesa Galp (10% do projeto) confirmou o número.

Para termos de comparação, as reservas provadas de petróleo e gás natural da Petrobras no Brasil ficaram em 13,920 bilhões (barris de óleo equivalente) em 2007, segundo o critério adotado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo). Ou seja, se a nova estimativa estiver correta, Tupi tem potencial para até dobrar o volume de óleo e gás que poderá ser extraído do subsolo brasileiro. Estimativas apontam que a camada, no total, pode abrigar algo próximo de 100 bilhões de boe (barris de óleo equivalente) em reservas, o que colocaria o Brasil entre os dez maiores produtores do mundo.

A Petrobras, uma das empresas pioneiras nesse tipo de perfuração profunda, porém, não sabe exatamente o quanto de óleo e gás pode ser extraído de cada campo e quando isso começaria a trazer lucros ao país. Ainda no rol de perguntas sem respostas, a Petrobras não descarta que toda a camada pré-sal seja interligada, e suas reservas sejam unitizadas, formando uma reserva gigantesca. Justamente por conta do desconhecimento sobre o potencial da camada pré-sal o governo decidiu que retomará os leilões de concessões de exploração de petróleo no Brasil apenas nas áreas localizadas em terra e em águas rasas. Afinal, se a camada for única, o Brasil ainda não tem regras de como leiloaria sua exploração.

O diretor de exploração e produção da Petrobras, Guilherme Estrella, disse que a discussão em torno das mudanças no marco regulatório do petróleo não priorizará o interesse privado. "Existem vários interesses públicos e privados envolvidos nessa questão. A Petrobras é uma empresa que tem controle governamental, mas tem acionistas privados, que têm que ser respeitados. Ao mesmo tempo, o aproveitamento dessas riquezas é questão de Estado brasileiro", reconheceu.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem feito vários discursos em que mencionou que as reservas pertencem ao "povo brasileiro" e devem ser usadas em benefício do país, como para aplicações na educação. Lula chegou a mencionar que as reservas eram uma chance divina e deveria ser usada para reparar uma dívida com os mais pobres.

(Adaptado de: Folha Online, 31/08/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u440468.shtml>)

QUESTÃO 04 (ANULADA)

Sobre as riquezas petrolíferas da chamada camada pré-sal, assinale a alternativa correta.

- A) A Petrobras e as empresas privadas convergem na estimativa de petróleo presente nas reservas de Tupi.

- B) A diferença na porcentagem de participação no projeto da Tupi gera divergências entre as empresas em sua avaliação do potencial de produção de petróleo dos campos da camada pré-sal.
- C) Somente com a análise positiva das empresas privadas participantes do projeto é que se pode considerar o Brasil como possível exportador de petróleo.
- D) O anúncio de perspectiva da produção de um número maior de barris de petróleo na Tupi fez que aumentasse o número de ações da Petrobras disponíveis no mercado.
- e) A perspectiva de extração de petróleo no campo Tupi não afetará o nível de exportação desse produto pelo Brasil.

QUESTÃO 05 (ANULADA)

Muitas são as perspectivas e dúvidas concernentes à extração de petróleo da camada pré-sal. Sobre isso, considere as afirmativas abaixo.

- 1) Há uma diferença considerável entre a estimativa de extração de petróleo da camada pré-sal e o que se produz hoje na Petrobras. Essa estimativa aponta o Brasil como um dos prováveis produtores mais significativos do produto no mercado internacional.
- 2) Uma das diversas dúvidas que envolvem o assunto é a quantidade de extração possível nos campos da camada pré-sal, sobretudo por causa do desconhecimento de sua própria constituição geológica.
- 3) A exploração de petróleo do pré-sal apenas em terra e em águas rasas deve-se ao desconhecimento da existência do óleo em outras áreas da referida camada.

São corretas as afirmativas:

- A) 1 e 3 apenas.
- B) 2 e 3 apenas.
- C) 1 e 2 apenas.
- D) 2, 3 e 4 apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 06

Leia o excerto abaixo retirado da *Folha Online*.

Aloizio Mercadante criticou ainda os preços pagos pelos blocos do pré-sal em rodadas passadas, classificando alguns deles como irrisórios e insignificantes. De acordo com o senador, todos os blocos do pré-sal que já tiveram descobertas foram adquiridos por R\$ 345 milhões. Por Tupi e Lara, a Petrobras e parceiros pagaram R\$ 15 milhões. Já a área de Caramba foi leiloada por R\$ 283 mil.

(Adaptado de: Folha Online, 29/08/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u439421.shtml>)

Assinale a alternativa correta.

A) A preocupação de Mercadante com os valores pagos pelos blocos pode ser amenizada diante do fato de que o aproveitamento dessas regiões tem de ser feito prioritariamente pelo Estado brasileiro.

- B) À luz do texto, a opinião de Mercadante indica que o Senador desconsidera por completo os interesses privados envolvidos.
- C) Conforme o texto e o excerto acima, há certa unanimidade no que se refere à igual relevância de interesses privados e estatais no estabelecimento de preços das concessões de exploração da camada pré-sal.
- D) A opinião do presidente Lula expressa no texto apresenta argumento oposto em relação ao que expressa Aloizio Mercadante quanto à exploração do petróleo nas camadas do pré-sal.
- E) O baixo preço pago pelos blocos do pré-sal mostra uma tendência de desatenção aos interesses do Estado, que espera apenas ter maior arrecadação de impostos com a exploração realizada por empresas privadas.

O TEXTO A SEGUIR É REFERÊNCIA PARA AS QUESTÕES DE 07 E 08.

Premiações para Cristóvão Tezza

Cristóvão ficou conhecido nacionalmente no ano passado, quando *O filho eterno* (Record, 2007) arrebatou os prêmios mais importantes do país – o Prêmio São Paulo de Literatura, o Portugal Telecom de Literatura, o Jabuti, o Prêmio Bravo!, e o da Associação Paulista dos Críticos de Arte. Desde então, tem tido pouco tempo para se dedicar ao novo romance, que tem o título provisório de *Um erro emocional* e teve um trecho lido durante a última Festa Literária Internacional de Paraty, onde Tezza participou da mesa ao lado do mexicano Mario Bellatin. “Mas

eu preciso de tempo para me concentrar, agora no segundo semestre realmente vou conseguir escrever. Faz um ano que estou vivendo só de fama. Escrever que é bom, nada”, admite e ri de si mesmo.

Recentemente, Tezza viu-se enredado na polêmica questão dos livros indicados a estudantes. O romance de Tezza *Aventuras provisórias* (Record, 2007, 2. ed.) foi indicado para o vestibular em Santa Catarina, mas considerado por uma auxiliar pedagógica de ter linguagem chula, discurso logo encabeçado por alguns pais de alunos. Em entrevista à Agência Brasil, Tezza disse que “a escola tem muita dificuldade em lidar com literatura, com a vida real da linguagem. O Brasil é um país conservador. O caso de Santa Catarina chamou a atenção porque foi uma reclamação pontual, e o estado imediatamente mandou recolher todos os exemplares. Foi uma coisa exagerada. Até porque o livro era para o ensino médio, que tem estudantes acima dos 16 anos. Se podem dirigir ou votar, podem ler também.”

O escritor não vê o caso como censura. “São manifestações isoladas de conservadorismo, visões retrógradas da literatura, que pipocam aqui e ali. Não é sistêmico”, acredita. A respeito escreveu a coluna “Não me adotem”, na *Gazeta do Povo*, de Curitiba, onde colabora toda terça-feira.

(Adaptado de: MELLO, Ramon; DORIGATTI, Bruno.

Disponível em: [http://](http://www.saraivaconteudo.com.br/Artigo.aspx?id=77)

www.saraivaconteudo.com.br/Artigo.aspx?id=77)

QUESTÃO 07

Sobre o texto, é correto afirmar:

- A) É clara, no texto, a atitude de descontentamento de Cristóvão Tezza ante o fato de não estar conseguindo escrever, o que se comprova por sua fala: “Escrever que é bom, nada.”
- B) A obra do escritor sofreu muita censura, o que afetou a recepção de seus textos, ainda que tenha recebido muitos prêmios.
- C) Segundo o autor, a interdição de *Aventuras provisórias* no vestibular de Santa Catarina se deu sobretudo porque se tratava da leitura por menores de idade. Nesse caso, o autor concordou com a proibição.
- D) Para Tezza, há um grande descompasso entre sua literatura e a linguagem real, o que dificulta a leitura de sua obra.

E) Cristóvão Tezza acredita que a censura ocorrida em Santa Catarina é um caso isolado, que não afeta a vi-

são sobre a literatura como um todo.

QUESTÃO 08

Comentando a polêmica que envolveu a indicação de seu romance *Aventuras Provisórias* para o vestibular em Santa Catarina, o autor escreveu a coluna intitulada "Não me adotem", na Gazeta do Povo, de Curitiba. No título dessa coluna, é possível reconhecer o uso de:

- A) eufemismo.
- B) onomatopeia.
- C) pleonasma.

D) ironia.

- E) metáfora.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa em que o uso da(s) vírgula(s) é obrigatório para que a frase permaneça correta.

- A) Devido à boa difusão na mídia, as tiragens do livro mal acompanharam a demanda nas livrarias.

B) A produção de Cristóvão Tezza inclui novelas, romances, contos e artigos jornalísticos.

- C) Não havia condições, na época, de fazer concessões ao gosto dos leitores.
- D) No final da década de 1980, Cristóvão Tezza tornou-se um escritor conhecido nacionalmente.
- E) É imprescindível, de maneira geral, que o livro tenha preço compatível com a renda dos leitores.

QUESTÃO 10

"Gostaria de **proporcionar aos leitores** impressões consistentes sobre minha experiência de vida." Qual das alternativas substitui corretamente a expressão em negrito na frase, segundo as normas do português padrão?

- A) proporcioná-las
- B) proporcioná-los

C) proporcionar-lhes

- D) proporcionar-lhos
- E) proporcioná-lo

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11

De acordo com o disposto na Constituição Federal e na Lei 8.112/90 que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos, são requisitos para investidura em cargo público, além de outros exigidos em lei:

- A) A nacionalidade brasileira, a idade mínima de 18 anos e no máximo 45 anos de idade, o gozo dos direitos políticos, a quitação das obrigações civis, militares e eleitorais, aptidão física e mental e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- B) A nacionalidade brasileira, aptidão física e mental, a idade mínima de 21 anos e no máximo 45 anos de idade, a quitação das obrigações civis, militares e eleitorais, o gozo dos direitos políticos e o grau de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

C) A nacionalidade brasileira ou estrangeira, a idade mínima de 18 anos, aptidão física e mental, a quitação das obrigações militares e eleitorais, o gozo dos direitos políticos e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

- D) A nacionalidade brasileira ou estrangeiro residente e domiciliado no Brasil há mais de 5 anos, a idade mínima de 21 anos, aptidão física e mental, o grau de escolaridade exigido para o exercício do cargo, o gozo dos direitos políticos e a quitação das obrigações militares e eleitorais.
- E) A nacionalidade brasileira, a idade mínima de 16 anos, o gozo dos direitos políticos, aptidão física e mental, a quitação das obrigações civis, militares e eleitorais e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

QUESTÃO 12

Sobre estabilidade e exoneração dos servidores públicos, considere as afirmativas abaixo:

- 1) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- 2) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- 3) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.
- 4) A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor, enquanto que a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício, nos casos previstos em lei.
- 5) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 1, 2, 4 e 5 são verdadeiras.

B) Somente as afirmativas 1, 3, 4 e 5 são verdadeiras.

- C) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas 1, 2 e 5 são verdadeiras.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa que contém todos os princípios da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mencionados no artigo 37 da Constituição Federal Brasileira.

A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

- B) Probidade administrativa, eficiência dos serviços públicos e moralidade.
- C) Legalidade, eficiência e moralidade.
- D) Legalidade, probidade, moralidade, eficiência e assiduidade dos servidores públicos.
- E) Legalidade, moralidade e publicidade.

QUESTÃO 14

Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações e abrangidos pelo regime de previdência, serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

- A) 65 anos de idade, se homem ou mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- B) 60 anos de idade e 30 de contribuição tanto para o homem quanto para a mulher.
- C) 60 anos de idade e 30 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 25 de contribuição, se mulher.

D) 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher.

- E) 60 anos de idade se homem ou mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

QUESTÃO 15

Dentre as normas gerais estabelecidas na Constituição Federal em relação aos servidores da administração pública, é correto afirmar:

- A) É vedado o exercício de cargo e emprego público por pessoas portadoras de deficiência física.
- B) A validade do concurso público poderá ser prorrogada, por tempo indeterminado, enquanto existir candidato aprovado e não convocado.
- C) É absolutamente proibida a contratação de pessoal por tempo determinado ainda que para atender necessidade de interesse público.
- D) O direito de greve é assegurado constitucionalmente aos servidores públicos e não poderá sofrer nenhuma limitação de ordem legal.

E) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 16

A lei proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, **EXCETO**:

A) A de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

- B) A de dois cargos de professor; a de dois cargos de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos privativos de médico.
- C) A de três cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos privativos de médico.
- D) A de dois cargos de professor; a de dois cargos de professor com outro cargo privativo de médico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- E) A de três cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

QUESTÃO 17

Tomando por base as demandas institucionais, as inovações tecnológicas e a modernização dos processos de trabalho, caberá à Instituição Federal de Ensino Superior avaliar anualmente a adequação do seu quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento. Com relação aos servidores dessas instituições de ensino, considere os seguintes itens:

- 1) Incentivo à qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular.
- 2) Progressão por capacitação profissional.
- 3) Progressão por mérito profissional.
- 4) Liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho.

Estão assegurados a esses servidores, ocupantes de cargos técnico-administrativos em educação, os direitos:

- A) 3 e 4 apenas.
- B) 2 e 3 apenas.
- C) 1 e 2 apenas.
- D) 1, 2 e 4 apenas.

E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 18

De acordo com o Código de Ética dos Servidores Públicos do Poder Executivo Federal, considere os seguintes deveres:

- 1) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- 2) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- 3) Filiar-se à entidade sindical ou associativa que promova a defesa dos direitos dos servidores públicos.
- 4) Ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 5) Frequentar cursos de capacitação pro-

fissional pelo menos uma vez ao ano, com o fim de melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos.

Constituem deveres fundamentais:

A) 1, 2 e 5 apenas.

B) 1, 2 e 4 apenas.

C) 1 e 4 apenas.

D) 1, 2, 3 e 4 apenas.

E) 2, 4 e 5 apenas.

QUESTÃO 19

Considere as seguintes ações de servidores públicos:

- 1) Pleitear ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
- 2) Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- 3) Permitir que parentes em primeiro grau ou cônjuge prestem concurso público para a mesma repartição pública onde exerce suas funções.
- 4) Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.
- 5) Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

Constituem vedações aos servidores públicos do Poder Executivo Federal de acordo com o disposto no seu Código de Ética profissional:

A) 2, 3 e 5 apenas.

B) 1, 3 e 5 apenas.

C) 1, 2, 4 e 5 apenas.

D) 1, 2 e 4 apenas.

E) 1 e 4 apenas.

QUESTÃO 20

O Decreto Presidencial 5.825/2006 estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Em conformidade com o referido decreto, assinale a alternativa correta.

A) O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação será definido visando, entre outros objetivos, garantir a construção coletiva de soluções para as questões institucionais.

- B) O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal dar-se-á mediante aplicação de teste de medição do desempenho do potencial criativo dos servidores da Instituição Federal de Ensino.
- C) O Programa de Avaliação de Desempenho terá por objetivo promover o desenvolvimento individual, pessoal e intelectual do servidor público.
- D) As ações de planejamento, coordenação, execução e avaliação desse plano de desenvolvimento são de responsabilidade da unidade de gestão de pessoas.
- E) Força de trabalho é o conjunto formado pelas pessoas que desenvolvem atividades técnico-administrativas e de gestão em um mesmo setor da Instituição Federal de Ensino.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa que aponta a definição correta para o termo relacionado.

- A) Risco de detecção é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- B) Risco de intervenção é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

C) Nota explicativa é a diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação de uma demonstração contábil relatada e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

D) Informação contábil histórica refere-se à informação expressa em termos financeiros em relação a uma entidade específica, derivada principalmente do sistema contábil da entidade, a respeito de eventos econômicos ocorridos em períodos passados ou de condições ou circunstâncias econômicas em determinada data no passado.

E) Premissa é a medida da qualidade da evidência de auditoria; isto é, sua relevância e confiabilidade no fornecimento de suporte às conclusões em que se baseia a opinião do auditor.

QUESTÃO 22

Sobre demonstrações contábeis, considere as seguintes afirmativas:

- 1) O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- 2) As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança.
- 3) As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TAs) impõem responsabilidades à administração ou aos responsáveis pela governança e prevalecem sobre as leis e regulamentos internos que governam as suas responsabilidades.
- 4) Como base para a opinião do auditor, as Normas Brasileiras de Contabilidade exigem que ele obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

D) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

E) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

QUESTÃO 23

Refere-se ao conceito de materialidade em Auditoria:

A) A opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis.

- B) A estrutura das NBC TAs contempla uma introdução, os objetivos, os requisitos e uma seção contendo aplicação e outros materiais explicativos que se destinam a dar suporte ao auditor na obtenção de segurança razoável.
- C) A forma da opinião expressa pelo auditor depende da estrutura de relatório financeiro aplicável e de lei ou regulamento aplicáveis a sistematização e organização visual do parecer.
- D) O pressuposto da materialidade reconhece explícita ou implicitamente que, para conseguir a apresentação adequada das demonstrações contábeis, pode ser necessário que a administração forneça divulgações além das especificamente exigidas pela estrutura.
- E) O inventário de bens tangíveis deve estar contido em uma única demonstração financeira cuja referência deverá estar presente quando houver contas relacionadas aos bens tangíveis citados parcialmente em diferentes demonstrações.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que indica grupos de contas de compõem o Ativo Circulante de uma entidade.

- A) Estoques, Diferido, Despesas Antecipadas.
 B) Disponível, Investimentos, Capital Social.

C) Disponível, Estoques, Despesas Antecipadas.

- D) Caixa, Conta corrente, Reserva de Capital.
 E) Investimentos, Capital social, Despesas Antecipadas.

QUESTÃO 25

Quanto à Resolução CFC nº 1.129/08 referente a Patrimônio e Sistemas Contábeis, é correto afirmar:

- A) Está condicionada à criação do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, no intuito de desenvolver ações para promover a coerência das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, às normas internacionais, a partir de 2012.

B) É resultado de parâmetros governamentais relacionados às demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público.

- C) Está fundamentada em resoluções da Confederação Internacional de Contabilidade, que dispõem sobre as diretrizes a serem observadas quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis por órgãos governamentais para integração do Orçamento Público nos países membros do cone sul.
 D) Esta Resolução é referente ao inventário patrimonial com registro manual permanente obrigatório para o setor privado e facultativo para o setor público.
 E) Esta Resolução inclui o Sistema Financeiro como subsistema de informações do Sistema Contábil obrigatoriamente no setor público e de forma facultativa no setor privado.

QUESTÃO 26

A respeito dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, é correto afirmar :

A) Estão enunciados em resoluções do Conselho Federal de Contabilidade adicionados com incorporações, contendo interpretação dos princípios com aplicação no setor público.

- B) Na aplicação desses princípios, há situações concretas e os aspectos formais das operações devem prevalecer sobre a essência das transações.
 C) O Princípio da Patrimonialidade consiste na determinação da equivalência entre ativos e passivos.
 D) Segundo o Princípio da Continuidade, o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio.
 E) O Princípio da Prudência impõe a escolha do patrimônio líquido de maior valor, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

QUESTÃO 27

A respeito do Princípio do Registro pelo Valor Original, considere as seguintes afirmativas:

- 1) A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.
- 2) Uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, ainda sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais.
- 3) Valor Original, que ao longo do tempo não se confunde com o custo histórico, corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada ou valores de saída.
- 4) Os Princípios da Atualização monetária e do registro pelo valor original são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
 B) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 C) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

D) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

E) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

QUESTÃO 28

Numere a segunda coluna com base nos princípios listados abaixo.

- (1) Princípio da Entidade
 (2) Princípio da Competência
 (3) Princípio da Oportunidade
 (4) Princípio do Registro pelo valor original
- () Desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.
- () As transações e os eventos devem ser contabilizados na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento.
- () O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou a agregação contábil de patrimônios autônomos resulta em uma unidade de natureza econômico-contábil.
- () O uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta, de cima para baixo.

- A) 3 – 1 – 4 – 2.
 B) 2 – 3 – 4 – 1.
 C) 3 – 1 – 2 – 4

D) 3 – 2 – 1 – 4

E) 4 – 3 – 2 – 1

QUESTÃO 29

A respeito dos elementos que compõem o Balanço Patrimonial, considere as seguintes afirmativas:

- 1) As contas do ativo são dispostas em ordem crescente dos prazos esperados de realização, e as contas do passivo são dispostas em ordem crescente dos prazos de exigibilidade, estabelecidos ou esperados, observando-se iguais procedimentos para os grupos e os subgrupos.
- 2) Os elementos da mesma natureza e os saldos de reduzido valor quando agrupados não devem ultrapassar, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedada a utilização de títulos genéricos como "diversas contas" ou "contas correntes".
- 3) O Ativo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão passivos para a sua liquidação.
- 4) O Passivo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos no período contábil.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
 B) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

C) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

- D) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
 E) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que indica contas discriminadas na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A) O saldo no início do período; os ajustes de exercícios anteriores; as destinações do lucro líquido do período.

- B) As parcelas de lucros, incorporadas ao capital; os aumentos de capital, discriminando sua natureza; os ajustes de exercícios anteriores.
- C) As compensações de prejuízos; os recursos aplicados na redução de obrigações de longo prazo; as parcelas de lucros, incorporadas ao capital.
- D) As reversões de reservas; os reembolsos de capital; as compensações de prejuízos.
- E) Os lucros distribuídos; os recursos aplicados na aquisição do permanente; as reversões de reservas.

QUESTÃO 31

A Lei de Introdução ao Código Civil é lei geral de aplicação das normas jurídicas no tempo e no espaço, sejam estas normas de direito público ou de direito privado. Sobre o assunto, é correto afirmar:

- A) Após a entrada em vigor de uma lei, havendo necessidade de correção de seu texto, esta poderá ser feita por meio de decreto.

B) Para a contagem do prazo de entrada em vigor de uma lei, computa-se a data da publicação da lei no órgão oficial e o último dia do prazo marcado, sendo que este dia operará efeito mesmo na hipótese de recair em domingo ou feriado.

- C) A entrada em vigor de lei nova, que estabeleça disposições gerais e especiais em contrário, a par de outra lei já existente, revoga a lei anterior integral e automaticamente.
- D) Uma vez em vigor, a lei nova terá plena eficácia e total aplicabilidade. O princípio da irretroatividade das leis assegura o respeito ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada, não se admitindo no ordenamento jurídico brasileiro, a irretroatividade da lei.

- E) Denomina-se *vacatio legis* o intervalo de tempo entre a promulgação e a publicação das leis.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa que contém a lista completa das pessoas jurídicas de direito privado, prevista no Código Civil Brasileiro vigente:

- A) Sociedades civis, empresariais e de economia mista, partidos políticos, empresas públicas e autarquias.
- B) Associações, sociedades civis, empresariais e de economia mista, fundações e autarquias.
- C) Associações, fundações e sociedades civis, empresariais e de economia mista.

D) Associações, sociedades, fundações, organizações religiosas e partidos políticos.

- E) Associações, sociedades, fundações, autarquias, partidos políticos e organizações religiosas.

QUESTÃO 33

A Constituição Federal prevê mecanismos constitucionais de controle da Administração Pública, por meio de fiscalização a ser exercida tanto pelo Poder Judiciário, quanto pelo Poder Legislativo. Sobre o assunto, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, está sujeita à prestação de contas.
- 2) Na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, da União e das entidades da administração direta e indireta, o Congresso Nacional conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- 3) São mecanismos constitucionais essenciais no controle jurisdicional da legalidade, transparência, moralidade e probidade na gestão da *res pública* pelo servidor público: direito de certidão, direito de petição, *habeas data*, ação popular, mandado de segurança e ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

- 4) O *habeas data* pode ser impetrado junto ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento na esfera administrativa.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
B) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

C) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

- D) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
E) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

QUESTÃO 34

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário. Sobre o assunto, é **INCORRETO** afirmar:

A) As condutas típicas de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito; que causam prejuízo ao erário; e as que atentam contra os princípios da Administração Pública, só se configuram mediante a comprovação de ter o agente público agido com dolo.

- B) Caracteriza ato de improbidade administrativa a publicidade de obras ou serviços realizada pelo administrador público com dinheiro público, que contenha seu nome, imagem ou símbolo e que tenha por finalidade a sua promoção pessoal.
C) São sujeitos passivos dos atos de improbidade administrativa a administração direta, indireta, fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, bem como a empresa incorporada ao patrimônio público.
D) A responsabilidade pela prática de atos de improbidade administrativa é de natureza distinta da responsabilidade criminal a que estará sujeito o servidor público, se a sua conduta atentatória à legalidade e moralidade públicas, constituir crime assim definido em lei penal.

- E) São sujeitos ativos da improbidade administrativa os agentes públicos, servidores ou não, que exerçam, embora transitoriamente, ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função, na administração pública direta ou indireta.

QUESTÃO 35

A Constituição Federal, ressalvadas as hipóteses específicas determinadas em lei, de dispensa ou ineligibilidade, determina como regra geral, a obrigatoriedade da licitação pública para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo poder público. Sobre o assunto, considere as seguintes afirmativas:

- 1) As sociedades de economia mista não estão sujeitas ao regime das licitações para contratação de obras e serviços.
- 2) As hipóteses de dispensa de certame licitatório deve ser interpretada restrita e taxativamente.
- 3) Para aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão eletrônico. São considerados bens e serviços comuns, para este efeito, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 4) Para habilitação nas licitações, não se exigirá do interessado documentação relativa à regularidade fiscal, sob pena de ficar caracterizado o cerceamento do direito de participação no certame.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
B) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
C) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
D) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

E) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa que configura crime funcional contra a ordem tributária praticado por funcionário público, nos termos da lei 8.137/90:

A) Exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida.

- B) Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- C) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- D) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
- E) Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

QUESTÃO 37

De acordo com o sistema tributário brasileiro são impostos de competência da União, dos Estados e dos Municípios, respectivamente:

A) Imposto de Importação, Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural e Imposto de Transmissão Causa Mortis.

B) Imposto de Produtos Industrializados, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Imposto Predial e Territorial Urbano.

- C) Imposto de Renda, Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores e Imposto de Transmissão Causa Mortis.
- D) Imposto de Importação, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Imposto de Transmissão Intervivos.
- E) Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Imposto de Renda.

QUESTÃO 38

Ao regular a ordem econômica, financeira e social, a Constituição Federal de 1988 estabelece normas e princípios a serem observados pelos particulares e pelo Poder Público. Sobre o assunto, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- 2) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- 3) São princípios constitucionais da ordem econômica e social a soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência e a defesa do consumidor.
- 4) A Constituição Federal assegura tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

C) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

- D) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- E) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

QUESTÃO 39

São direitos individuais expressamente previstos no artigo 5º da Constituição Federal, dentre outros, os direitos a:

A) vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

- B) vida, educação, segurança e transporte.
- C) vida, liberdade, educação e meio ambiente sadio e equilibrado.

- D) educação, saúde, trabalho e moradia.
- E) vida, liberdade, educação e saúde.

QUESTÃO 40

A Constituição Federal confere ao Congresso Nacional a competência para reformá-la por meio das emendas constitucionais. Sobre o assunto, considere as seguintes afirmativas:

- 1) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- 2) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- 3) A Constituição não incluiu a República expressamente entre as matérias imodificáveis por emenda.
- 4) Os direitos e garantias individuais não podem ser abolidos nem mesmo mediante emenda à Constituição.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- D) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

E) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
